



Confrontando atores sociais em território de linguagens¹

Lueluí de Andrade²

O presente relato pretende apresentar a realidade vivenciada pela autora enquanto estudante universitária, em contato com profissionais que praticavam Jornalismo e difusão de idéias nas mídias, sem terem formação jornalística, durante pesquisa que efetuava, a respeito de atuação em prol da construção da efetiva cidadania no país, seja no interior de movimentos sociais, sindicais e associativos, por intermédio dos meios de comunicação internos a eles e/ou na interface com os veículos de grande imprensa, num dado período histórico. Entrevistas realizadas e coleta de material publicado forneceram “textos” reveladores das intencionalidades e ideologia contidas nos diferentes usos e escolhas dos signos e suas interações.

Palavras-chave: comunicação social; jornalismo; linguagem; direito; cidadania

INTRODUÇÃO

O objetivo de demarcar vivências e constatações experienciadas é contribuir para a reflexão acerca de um viés precípuo para a atuação significativa e pensada dos movimentos sociais: é chamar a atenção para a “comunicabilidade” ou “comunicação eficiente” e participativa (dentre tantos simulacros estudados pelos teóricos da Comunicação, podemos arriscar qualificar um, exponencial: o simulacro de comunicação, em que o ato de comunicar, de *per se*, não existe, substituído por um arremedo de transmissão de ideias, conhecimento ou informação; isso pode ser conseguido – numa análise ancorada desde as bases da semiologia, com Saussure e posteriormente Bakhtin, chegando às semióticas peirciana e européias (das quais se podem extrair as correntes mais críticas e abstratas, com foco na natureza social dos sistemas de elementos portadores de sentido e suas interações) -, pela presença de *signos vazios de significado*, escolhas comprometidas com a obscuridade, nas relações “paradigmáticas ou associativas” (ou no senso semântico e pragmático, se adotarmos a perspectiva de Morris, *apud* PIGNATARI, 2003, p. 28) em que as expressões e ideias propaladas são ditas, e a partir de então o emissor não pode ser acusado de omitir os dados que dissemina, mas funcionam tão só como *signos de distinção*, demarcando e construindo, no plano simbólico, autoridade, superioridade, poder. A quem serve então o discurso, composto nesse plano, é fácil identificar.

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho da V Conferência Sul-Americana e X Conferência Brasileira de Mídia Cidadã.

² Aluna do Programa de Pós-graduação em Comunicação, curso de Mestrado Acadêmico, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp/Bauru (“Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho”), e-mail: lueluih@yahoo.com



Afinal, se não existe pensamento sem linguagem, quer adotemos a visão sócio-histórica de Vygotsky (OLIVEIRA, 1993, p. 42-54) ou outra corrente ou escola epistemológica, elaborando-se com Bakhtin, o referente vazio é ideologia pura.

MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS

A pesquisa se baseou, no recorte relatado, na realização, após estudo teórico (na perspectiva sócio-histórica da constituição dos Estados-Nação até a formulação dos Welfare States, estados de bem-estar social, culminando com o exame das implicações políticas e comunicacionais do Brasil como Estado “democrático de direito”, após a abertura política e promulgação da Constituição Federal de 1988) de entrevistas com os profissionais selecionados, envolvidos nos processos comunicacionais, a partir de seu conhecimento especializado em Direito, mas na atuação em Jornalismo, e exame de material publicado (mídia impressa).

DESCRIÇÃO DO PROCESSO/EXPERIÊNCIA

Ainda em fase anterior ao que chamamos “era da convergência”, em que predominavam como mídias informativas os meios radiofônico e impresso (ao lado da televisão que, predominantemente, veiculava somente entretenimento), a autora, estudante de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, na Unesp/Bauru, confrontou-se com profissionais de uma área específica, o Direito, que tentavam agir na contramão desse fluxo, potencializando a comunicabilidade, com a compreensão do papel social e político da polifonia, em que se inseriam, nas áreas correlatas à de sua atuação, e utilização de vertentes que promovessem o conhecimento, cognição efetiva, pela população em geral, do que pretendiam discutir, na direção da formulação da democracia substancial, em um momento em que não estavam tão distantes os ecos do período autoritário por que passou o país, décadas antes.

Confrontou-se, também, durante a pesquisa, que visava a discutir, entre outras questões, o papel da linguagem, enquanto veículo ela própria, da comunicabilidade, nessa área árida do jornalismo especializado, propondo inclusive a produção de um veículo (suplemento de jornal impresso dirigido ao público especializado mas, sobretudo, ao público leigo, tratando de cidadania e direito/s), com o que de mais exemplificativo pôde ver do uso “inadequado” de terminologia supostamente própria de um segmento do conhecimento humano, de uma ciência.

Os exemplos coletados durante o estudo dão uma mostra significativa da matéria tratada.

Como demonstrativos de engajamento em bem comunicar, a autora se deparou com profissionais do direito preocupados com tais questões enunciadas, a quem entrevistou: professores eméritos (atualmente) da Universidade de São Paulo Tércio Sampaio Ferraz



Junior e Dalmo de Abreu Dallari. Juiz de Direito Antonio Celso Aguilar Cortez, presidente, à época, da Associação Juízes para a Democracia. Coordenadora-geral do Movimento do MP Democrático, promotora de Justiça Marta Toledo Machado. Bacharelas em direito, juristas e atuantes no jornalismo no periódico Folha de S.Paulo Eunice Nunes e Olívia Silva Telles.

No movimento (ou inação) em sentido contrário, a autora deparou-se com um artigo insólito, além de narrativas, feitas pelas praticantes do jornalismo especializado citadas, de casos similares.

Enquanto não só na Folha de S.Paulo, mas até no (também, mas neste caso assumidamente, conservador) O Estado de São Paulo, em menor medida, os profissionais que lidavam com os temas buscavam utilizar uma linguagem mais arejada e frequentemente (no “Estadão”, fenômeno mais rarefeito) questionavam e exemplificavam casos de utilização de expressões herméticas e mistificadoras, na contramão ainda víamos (o que permanece até hoje), ranços de defesa aguerrida à “tradição”, no pior sentido, aferrados profissionais do direito que insistem em utilizar expressões em latim, sem explicação ou tradução, por exemplo, ou jargões da área, também desacompanhadas de esclarecimento, além de estilo de redação preferentemente pouco claro (aos “comuns mortais” – e isso não é exagero, nem clichê vazio, posto que muitos profissionais consideram-se acima de seus pares por escreverem de modo confuso e pretensamente rebuscado).

Em seção da “Folha”, por vezes denunciava-se (ainda que de forma sutil ou velada) a intenção corporativa, mistificadora ou, simplesmente, a ação ignorante que leva certos operadores do Direito. “*Estribado no escólio do saudoso mestre baiano, o pedido contido na exordial não logrou agasalho*”, Folha de S.Paulo, 05/06/1994, artigo de Eunice Nunes: escreveu isso um estudante de Direito, referindo-se a um pedido rejeitado, que fora fundamentado em estudos do jurista e autor de livros Orlando Gomes, e a autora chama a atenção para os vícios de linguagem.

Antonio Celso Aguilar Cortez, ex-presidente da Associação Juízes para a Democracia, em entrevista à autora, ponderou:

Cada área de atuação profissional tem expressões que lhe são próprias e que não são desnecessárias, têm um significado (...). Mas há uma parte da linguagem que é formalista desnecessariamente, porque o indivíduo quer mostrar erudição, mostrar superioridade em relação àquele que vai ler. E, às vezes, até quer esconder raciocínios, porque esses são frágeis, mas são usados para fundamentar alguma coisa. Então, a linguagem difícil dá uma aura de coisa esotérica, fora do alcance do cidadão comum.

O jurista Dalmo de Abreu Dallari concorda. Afirmou em entrevista exclusiva à autora:

A linguagem normalmente utilizada no meio jurídico é excessivamente rebuscada e muito pedante, um vício antigo que foi herdado dos portugueses, mas que também se verifica



entre outros povos. O profissional do Direito, com muita frequência, usa uma linguagem obscura e fala indiretamente. E também, com bastante frequência, introduz expressões em latim, de tal modo que até para alguém da área jurídica fica difícil entender... Isso felizmente está começando a desaparecer entre nós e há, já, juízes, promotores e advogados procurando usar uma linguagem mais simples. Muitos profissionais do Direito já descobriram que simplificando a linguagem, o direito não perde sua nobreza, não perde seu valor científico.

Dallari provou na prática que não é necessário ser obscuro para ser preciso ou fiel ao rigor científico: escrevendo para a Coleção Primeiros Passos, diante do termo técnico-jurídico “dolo” (somente crimes “dolosos” contra a vida vão a júri) - sobre o qual há compêndios e mais compêndios tentando conceituar -, a defini-lo em uma só palavra, entre parênteses, “intenção” – há implicações paralelas e desdobramentos, mas, em última análise, é isso mesmo, está inclusive tecnicamente correto. E isso numa fase anterior à Internet que, sabemos, exigiu muito mais agilidade e concisão de linguagem de todos os atores da comunicação na plataforma.

Perplexa, quase, ficou a autora ao entrevistar, em um intervalo de um congresso na Universidade de São Paulo/Largo de São Francisco, para a mesma pesquisa, o também jurista e internacionalmente reconhecido professor Tercio Sampaio Ferraz Junior. Premida pelo pouco tempo disponível e necessidade de extrair o maior número de informações possível para o trabalho de graduação, a autora disparou uma pergunta ousada e improvável – e ficou admirada com o traquejo do jurista, quem, só depois a autora ficou sabendo, era colaborador fixo de jornais de grande circulação no país: “Professor, sua tese de cátedra, em resumo...?”, dando-lhe, tacitamente, um grande meio minuto para que respondesse. E assim o fez!

A pesquisadora encontrou, em sua investigação à época, na biblioteca da mesma instituição, casualmente, uma “pérola”, um antiexemplo de como escrever de forma clara: um texto que se suporia leve, desprezioso, porque comemorativo de uma formatura de graduação na Fundação Armando Álvares Penteado, também na capital de São Paulo. O autor, um ex-aluno e profissional militante, cumprimentava entusiasticamente os jovens formandos, mostrando-se alegre com o evento. Porém, em forma carregada, texto longuíssimo, publicado em corpo 6, na revista em que inserido. O título já é grande indicativo do tom em que se desenrolará o texto, de cerca de quatro laudas: “Adentros do vetusto átrio alvarista”. Mencionando recordar-se de quando passou pela primeira vez pela entrada do prédio da faculdade, jovem e recém-casado, escreveu logo de início coisas do gênero: “... já estava encaminhando meu consórcio com minha atual e querida esposa Odete,... mister fazia-se obter outra fonte de renda, ...” e “Ao adentrar no vetusto átrio, fui barrado, logo à entrada, por uma senhora magra, alta, cabelos grisalhos, D. Ida, que, com altivez inquiriu-se: ‘Onde



vai rapaz?’, sic” e também “Fiquei impressionado com a sobriedade e austeridade da ÁLVARES PENTEADO. Senti algo de místico em suas instalações, ...”. Isso tudo, essa pompa e pretensão rebuscamento, ao compor um texto que tudo indica julgava “informal”. Pode-se questionar como seriam então seus textos ‘técnicos’, ‘profissionais’.

O ensaísta mexicano Octavio Paz costumava dizer que a primeira forma de corrupção se dá na linguagem. Esses poucos exemplos – as análises mais profundas a autora deixa para outros trabalhos, não caberiam em curto espaço – ilustram como a linguagem utilizada pode servir “para ocultar, enganar, separar, dominar e destruir” (GUARESCHI: 1983, p. 27).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que pese a pesquisa haja sido desenvolvida no final da década de 1990, momento em que as novas mídias ainda não haviam consolidado seu forte papel e não tivessem alcançado a dimensão que têm atualmente, na comunicação social no Brasil e no mundo, a essência da comunicação ainda hoje (e não se vislumbra esse quadro se modifique nos próximos séculos, se ainda houver humanidade) é a língua, já que não se faz pensamento sem linguagem (OLIVEIRA, 1993), de modo que experiências havidas no ramo da comunicação (até mesmo aquelas que já mereçam tratamento como históricas), servem a uma abordagem a um só tempo “retrospectiva” (porquanto o objeto do estudo insere num determinado contexto histórico), “perspéctica” e “prospectiva”: objetiva delinear caminhos para a comunicação eficaz, nos diversos meios e suportes, extensível tanto ao meio radiofônico quanto ao ambiente das novas mídias.

Acredita-se este relato possa contribuir para o estudo e a prática da comunicação com eficácia, almejada pela maioria dos movimentos sociais estabelecidos.

6. Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Estética da criação verbal, v. 4, p. 261-306, 1992.
- BORDENAVE, Juan Diaz. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 1982 (Coleção Primeiros Passos).
- CORTEZ, Antonio Celso de Aguiar. Entrevista exclusiva para o estudo. São Paulo, 21/09/1994.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. Entrevista exclusiva para o estudo. São Paulo, 22/09/1994.
- _____. **O que é cidadania?** São Paulo: Brasiliense, 1987. 116 p. (Coleção Primeiros Passos).
- GUARESCHI, P. A. **Comunicação e poder**: a presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MIÚRA, Reiko. Entrevista exclusiva para o estudo. São Paulo, 19/09/1994.
- OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1993. p 42-54
- SAUSURRE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix/USP, 1972.
- TELLES, Olívia Silva. Entrevista exclusiva para o estudo. São Paulo, 15/08/1994.
- VENTURA, Zuenir. **O papel do jornal**. In Correio Brasiliense. 16/08/1994, p 12-13.